



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 186, DE 2023

Altera a Lei Municipal n.º 2.032, de 26 de maio de 2021, que institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária (PIAV) aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), para parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o Projeto de Lei n.º 182, de 2023, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em dois artigos, a saber:

O art. 1º dá ao § 4º, da Lei Municipal n.º 2.032, de 26 de maio de 2021, que institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária (PIAV), a seguinte redação: “caso o servidor não apresente documento que comprove o deferimento da aposentadoria, expedido pelo INSS, no prazo de 2(dois) anos e meio, após o requerimento de adesão ao PIAV, o pedido será indeferido.”

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

A matéria do Projeto de Lei n.º 186, de 2023, é da competência do Município, conforme previsto no art. 14, *caput* e incisos II e XIII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição Federal.

A iniciativa da proposição é exclusiva do Prefeito Municipal, segundo o disposto no art. 53, *caput* e inciso I, da Lei Orgânica do Município.

Deduz-se que o projeto sob exame não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º, do art. 62, da Constituição Federal.

A proposição em estudo se encontra redigida de forma razoável e adequada à boa técnica legislativa.

Como ente autônomo, o Município possui competência para dispor sobre o regime jurídico de seus servidores.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A alteração da lei que dispõe sobre o PIAV não encontra vedação na legislação vigente. O projeto se limita a ampliar o prazo para o servidor que requereu sua adesão ao programa apresentar o documento que comprove o deferimento da aposentadoria.

O projeto não provoca aumento de despesa porque não abre prazo para novos requerimentos de adesão ao programa de incentivo à aposentadoria.

III CONCLUSÃO

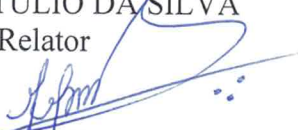
Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 186, de 2023.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2023.



MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator



JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)

Presidente



RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ

Membro